

DEPOIMENTO

A negociação de um acordo político interno é o passo a ser dado agora como preliminar da negociação política da dívida externa.
Três professores da UnB concordaram com esta tese ao debaterem esta semana, no Jornal de Brasília, a atualidade do país: Lytton Guimarães (Política) e Juan Carlos Llerda e Joaillio Teixeira (Economia).

JBR — As últimas medidas de política econômica permitem-nos algumas reflexões. Vimos, semanas atrás, quando começou a última fase da renegociação com o FMI, que o governo estabeleceu um limite para as medidas de caráter recessivo, além das quais não avançaria. Era o limite social de que se falou nos bastidores do Planalto. Era também, supostamente, a posição do Estado, nitidamente enunciada pelo Presidente da República. Sobrevieram pressões externas e internas e o limite foi, porém, rompido. Criou-se um novo limite. O compromisso básico, que era um compromisso com os partidos políticos, com a sociedade brasileira, foi derrogado. Que conclusão podemos extrair? Só a conclusão de que não há compromissos estáveis. Isso nos coloca em situação de perplexidade em relação ao futuro.

Se analisarmos as recentes medidas sob o ângulo estritamente econômico, veremos que são inócuas como remédio para os nossos problemas. O País está oferecendo tudo, esgotando suas energias, exaurindo o sistema produtivo numa negociação com o FMI para quê? O Acordo possibilita-nos tão somente tornar novos empréstimos para pagar juros de empréstimos anteriores. O Acordo não resolve o problema da substância, que é o aporte de novas divisas, das quais precisamos para pagar os comprimissos externos.

Estamos com a economia brasileira paralisada há três anos, nossa capacidade de exportar está limitada pela redução do volume global da produção de um lado e pelo agravamento dos custos que está reduzindo ocasião, de outro. Quando se diminui o volume de produtos aumenta-se os custos por unidade produzida. Então, a nossa capacidade de gerar novas divisas está afetada. Estamos, por isso, administrando a crise no sentido apenas de rolar a dívida. Ao mesmo tempo em que se faz isso, alguns setores governamentais mencionam a hipótese de que essa é uma estratégia de curto prazo, visando a uma posterior renegociação política da dívida, na qual se pretenderia retornar ao FMI. Vimos, entretanto, há pouco, que tal estratégia é inviável ou extremamente difícil. Os países credores, aliados ou hostis, estão todos exigindo nossa submissão às regras do Fundo. Numa situação de crise, como a nossa, não existem aliados, existem cobradores. Nós estamos sendo cobrados. O governo americano, nosso aliado, mas muito interessado em manter a chamada ordem econômica internacional, exigiu-nos prévia submissão ao Fundo antes de qualquer outra negociação bilateral relacionada com a nossa crise cambial.

Este quadro nos coloca duas preliminares: o Acordo não leva à resolução da substância; o problema e a hipótese de renegociação política com exclusão das medidas recessivas e anti-sociais do FMI é improvável.

Então, qual o caminho?

A moratória, declarada unilateralmente, nas atuais circunstâncias, não é viável. O comércio exterior brasileiro é inteiramente dependente do sistema bancário internacional. Ele repassa todo o luxo de importação e exportação. Não teríamos condição alguma de resistir a uma retaliação por parte do sistema bancário. Então a moratória unilateral está fora de propósito no momento. Bem, digamos que o Brasil decide enfrentar, hereticamente, essa adversidade, a paralisação do seu comércio exterior, passando a viver dos seus próprios insumos. Isso é possível? Teríamos condições, econômicas e políticas, de mudar rapidamente o perfil da produção e, sobretudo, o perfil do consumo? É possível substituir todo o petróleo importado, a curto prazo? Parece claro que não.

Toda essa perplexidade nos aponta a um único caminho, o de restaurar as energias do sistema produtivo nacional visando a criar as resistências de que precisamos para enfrentar a hipótese da moratória futura. Neste ponto ocorrem-nos alguns problemas políticos, cujo vértice é a omissão do governo na tarefa de preparar o País, a sociedade, para a situação futura que temos de enfrentar. Este momento de restauração e de preparação para o pior passa, necessariamente, pela sucessão presidencial. A sucessão presidencial terá de feita no âmbito do atual sistema de poder. Não vemos como possa ser diferente. Ocorre, porém, que a dinâmica da crise econômica que está pode levar ao descontrole do processo sucessório. As últimas medidas de política econômica têm a peculiaridade de desagradar a todos, a trabalhadores e empresários. Eventualmente essa situação pode levar a um processo de insubordinação social, de indisciplina social, tanto de um lado como de outro, e perde-se a perspectiva de uma sucessão ordenada e controlada pelo atual sistema de poder.

Em uma situação dessa ordem fica comprometida a possibilidade de ultrapassarmos este período em direção a um momento em que o País esteja dotado das resistências de que precisa para enfrentar os resultados do fracasso do atual modelo de administração da dívida.

São estas as reflexões que colocamos para o debate dos nossos convidados:

Juan Carlos Llerda — Acho que os pontos centrais das preocupações de muitos que se dedicam, há algum tempo, à reflexão em torno dos problemas brasileiros concordam com os pontos básicos da análise que acaba de ser feita. Há uma série de aspectos que chamam nossa atenção. Um é a discussão clara e aberta do problema da eventual moratória. Este é um tema muito delicado sobre o qual devemos pronunciar-nos com reflexão e cuidado antes de dar passos que eventualmente possam ser dramáticos, sobretudo numa sociedade que tem passado, nestes últimos 20 anos, por esforços muito penosos e sobre os quais as consequências da moratória poderiam representar sacrifícios adicionais.

Pergunta básica: esta sociedade, numa posição tão penosa como a atual, estaria disposta, civilizadamente, a arcar com os custos de uma moratória? Acho que não existe, até o momento, nenhuma preparação política da sociedade para enfrentar os custos do que se poderia chamar à adoção do modelo de autarkia. Não vejo preparação política porque a sociedade civil tem sido alienada do processo de tomada de decisão, há anos. Inclusive alguns dados do cenário político brasileiro sugerem que, de fato, estamos sob um governo debilitado, curiosamente casado com um Estado forte. Se observarmos as últimas eleições verificamos que o governo representa apenas 30 por cento dos votos eleitorais nacionais. A diferença entre os votos dados à oposição e os votos dados ao governo é algo em torno de 8

milhões. Verificamos, também, que a oposição detém o controle de áreas políticas e econômicas poderosas e sensíveis, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Em síntese, um governo minoritário teve que aliar-se a um partido mais minoritário ainda, o PTB. Além disso, o governo que tem aproximadamente 30 por cento dos votos está dividido internamente, como o demonstrou a última convenção do PDS. Por outro lado, a oposição, eleitoralmente forte, não tem tido sensibilidade para preparar suas bases para a moratória, embora defendida essa saída.

Joaillio Teixeira — Eu concordo com as ideias centrais aqui já expostas. Realmente estamos vivendo uma crise imensa sem que as medidas até aqui adotadas levem a alguma solução dos problemas. Apenas elas fornecem informações, alias muito óbvias, de que a moratória eventualmente vai ocorrer, mas ainda está faltando algum tipo de estratégia. Desse modo, seria interessante discutir um pouco mais, a questão da preparação para a moratória, o que implica discutir o processo de crescimento econômico, do endividamento e o que se pode fazer neste País no futuro próximo.

A grande parte do processo de crescimento econômico, nos anos 70 e final dos anos 60, esteve baseado numa estratégia que, segundo o pessoal do Banco Mundial, configura a teoria dos dois lucros. Havia de poupança e hiato de balanço de pagamentos. No início dos anos 60 o País atingiu a um patamar mínimo no processo de substituição de importações que já permitia implantar-se algumas indústrias de bens de capital. Esse processo foi enriquecido, do ponto de vista do crescimento econômico, e chegamos, nos anos recentes, a uma situação em que se tem abundância de capital. Nota-se a existência de alguns setores com excesso de capital acumulado que, entretanto, não pode usá-lo em virtude da crise. Com a formação de capital, a classe média que vive um estilo de vida muito parecido com o estilo de vida de sociedades muito mais ricas e que dificilmente vão abrir mão dele.

É importante lembrar que o País possui três tipos de mercadorias: bens de consumo, para a classe média; bens de capital, que viabiliza um processo de rápido crescimento para o mundo. É importante lembrar que o País possui três tipos de mercadorias: bens de consumo, para a classe média; bens de capital, que viabiliza um processo de rápido crescimento para o mundo.

Juan Carlos Llerda — Eu gostaria de retomar a um dos temas levantados, que me pareceu da maior relevância. Visto que a minha primeira intervenção tenha sido na esfera política doméstica, eu gostaria de voltar a esse ponto. O tema central é o custo da moratória. Abrir o campo de manobra para uma negociação política do problema da dívida parte da hipótese de que ela seria uma negociação política de governo a governo, isto é, o governo brasileiro com o governo americano. Poder-se-ia chegar a um acordo pelo qual, por exemplo, se garantiria ao Brasil, por um horizonte de tempo, digamos, arbitrariamente, de dois anos, renovação automática de suas necessidades de crédito internacional, na esperança de que, durante esse prazo, as nações industrializadas tenham tomado consciência plena do que lhes poderia acontecer se o sistema financeiro internacional quebrasse, possibilidade muito real que está pela frente. O fato de que os Estados Unidos tenham aparentemente acenado ao Brasil com a exigência de que se submeta às cláusulas de condicionalidade do Fundo é o que tem levado a concluir que a área de negociação política teria se cortado. Eu não penso dessa maneira. De fato, quem conhece a história do Fundo e o que os Estados Unidos representam dentro do Fundo Monetário Internacional poderá entender com facilidade que não cabia outra expectativa, senão a de que o governo americano iria exigir ao seu leal parceiro submissão ao Fundo. O fato de que os Estados Unidos tenham seguido a sua lógica como principal membro do Fundo Monetário International, dobrando o braço do governo brasileiro, não deve levar a concluir que as áreas de negociação políticas do problema estejam esgotadas.

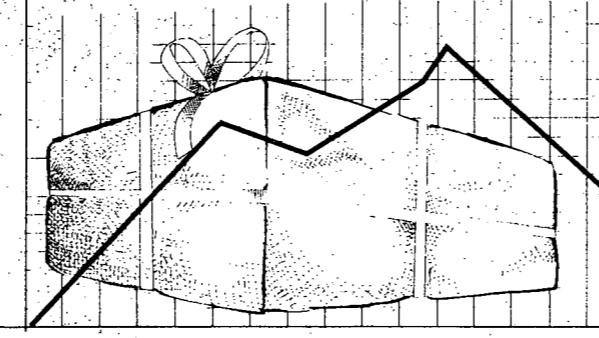
Agora parece que o processo de convergência de opiniões dos países industrializados rumo à conclusão de que é indispensável tomar medidas sérias e repensar tudo de novo tem sido muito rápido, eu diria, durante o último ano, mas ainda não está manifestado em algo tão importante como foi Bretton Woods, na década de 40. Ainda falta tempo para isto. Então, o que pode acelerar esse processo de convergência de opiniões a nível internacional? Pode ser acelerado pela manifestação política, pela vocação política de alguns países importantes na área de países devedores. Se não se acelera, o crash pode ser imediato. Agora como é que o país se aproxima desse tipo de pressão? O que o Presidente Figueiredo fez, quando foi às Nações Unidas, foi uma forma de advertência, mas que não conteve os elementos de pressão fortes que, imaginou, deviam ser articulados. E nesse ponto que acho que o Itamaraty precisa começar a ter trazido ao cenário de uma maneira mais explícita. Imagino que um país se aproxime deste processo através da manifestação da vocação política para tomar medidas sérias. Primeiro acenando, com o perigo de não ser ouvido, e em seguida através de contatos diretos. Não sei o que foi tratado na visita do Reagan no Brasil, mas esta teria sido, se não foi o caso, uma boa ocasião para manifestar, certamente, a vocação de honrar compromissos, ao mesmo tempo, informar que estamos recebendo pressões insustentáveis no front doméstico que tornariam difícil de aguentar por muito tempo se os Estados Unidos não liderarem um movimento entre os países industrializados para chamar de novo Bretton Woods. Agora, se o País se aproxima sozinho, se um governo fraco ou enfraquecido se aproxima sozinho deste movimento de pressão, eu acho que ele precisa do sustento de sua sociedade civil.

Então, acho que há dois planos. O primeiro plano é o doméstico, onde é indispensável que negociações comece e se estableçam com a maior velocidade possível para que, quando o governo comece a falar nisto com seus interlocutores internacionais, eles não imaginem que estão em presença de alguém que se está insubordinando e que talvez poderá ser trocado através de um golpe de Estado. É preciso que os interlocutores internacionais percebam coesão por trás das pressões que, necessariamente, deverão ser exercidas para acelerar esse processo de convergência. E uma vez estabelecida no plano doméstico as alianças políticas necessárias, o segundo estágio é partir para esse segundo passo fundamental que é estabelecer pressões diretas e imediatas com fixações de prazo.

Joaillio Teixeira — Tenho alguns pontos alinhavados de modo bem superficial mas que indicam mais ou menos o que penso como estratégia. O que fazer? Primeiramente é direto ao povo, fortalecer a democracia; segundo, propor uma economia de guerra; terceiro, substituir os atuais dirigentes econômicos e programar a economia; quarto, estabilizar os bancos reduzindo a inflação através da redução dos custos financeiros que não sejam da produção; quinto, produzir bens de consumo que utilizem abundantemente mão-de-obra e com isso tentar crescer e gerar mais emprego; sexto, controlar preços; setimo, se necessário, a nível internacional, passar inclusivamente para o sistema de trocas diretas; oitavo, planejar uma economia de guerra; nono, preparar a sociedade psicologicamente para a tomada de medidas, algumas radicais, no campo econômico e social; décimo, continuar negociação a nível internacional mas a partir de uma maior concentração sobre os reais interesses do País. Para isso, seguramente, temos que repensar as lideranças. As atuais lideranças no campo econômico são completamente incompatíveis com as metas que estou sugerindo.

JBR — Acho que a ideia predominante aqui é a de que temos de chegar à renegociação política. Quando eu mencionei a impossibilidade da negociação política eu tinha em vista o fato de que não havia necessidade passar primeiro pelo FMI, ou seja, não havia necessidade de renegociação política com exclusão dos "ajustes" requeridos pelo FMI. Ora, qual é a função de uma renegociação

Política



condições políticas para preparar a sociedade brasileira para enfrentar as dificuldades de uma moratória ou até mesmo de uma renegociação política com os credores internacionais.

A questão de "fechar" o País para se dedicar só aos problemas domésticos parece-me extremamente difícil. A estratégia é incompatível com a abertura. Acredito que no regime atual isso seria impossível. O "fechamento" do País acarretaria a proletarianização da classe média, que, do ponto de vista quantitativo, não é tão grande, mas é bastante relevante se tomada como origem que é das classes dirigentes. O enfraquecimento dessa classe média não traria, a meu ver, contribuição significativa a solução da crise.

Reativar a economia, sim, significaria, no regime capitalista, fortalecer a classe média, mas a meu ver essa estratégia não seria bem aceita pelos partidos da oposição. Talvez significasse a ruptura do acordo do governo com o PTB, cujo fortalecimento depende do apoio dos segmentos inferiores da escala social e não da classe média.

Então, acho que a negociação política doméstica devia vir como primeiro passo, para o fortalecimento do governo, fortalecendo da coordenação exercida pelo Presidente da República. Vislumbro aqui a possibilidade de buscar-se a montagem de um bloco político baseado nos governadores dos Estados mais importantes, que incluem também outras lideranças regionais. Esse bloco de sustentação política do governo talvez pudesse embasar uma tomada de posição quanto ao problema externo.

Juan Carlos Llerda — Eu gostaria de retomar a um dos temas levantados, que me pareceu da maior relevância. Visto que a minha primeira intervenção tenha sido na esfera política doméstica, eu gostaria de voltar a esse ponto. O tema central é o custo da moratória. Abrir o campo de manobra para uma negociação política do problema da dívida parte da hipótese de que ela seria uma negociação política de governo a governo, isto é, o governo brasileiro com o governo americano. Poder-se-ia chegar a um acordo pelo qual, por exemplo, se garantiria ao Brasil, por um horizonte de tempo, digamos, arbitrariamente, de dois anos, renovação automática de suas necessidades de crédito internacional, na esperança de que, durante esse prazo, as nações industrializadas tenham tomado consciência plena do que lhes poderia acontecer se o sistema financeiro internacional quebrasse, possibilidade muito real que está pela frente. O fato de que os Estados Unidos tenham aparentemente acenado ao Brasil com a exigência de que se submeta às cláusulas de condicionalidade do Fundo é o que tem levado a concluir que a área de negociação política teria se cortado. Eu não penso dessa maneira. De fato, quem conhece a história do Fundo e o que os Estados Unidos representam dentro do Fundo Monetário International poderá entender com facilidade que não cabia outra expectativa, senão a de que o governo americano iria exigir ao seu leal parceiro submissão ao Fundo. O fato de que os Estados Unidos tenham seguido a sua lógica como principal membro do Fundo Monetário International, dobrando o braço do governo brasileiro, não deve levar a concluir que as áreas de negociação políticas do problema estejam esgotadas.

Agora parece que o processo de convergência de opiniões dos países industrializados rumo à conclusão de que é indispensável tomar medidas sérias e repensar tudo de novo tem sido muito rápido, eu diria, durante o último ano, mas ainda não está manifestado em algo tão importante como foi Bretton Woods, na década de 40. Ainda falta tempo para isto. Então, o que pode acelerar esse processo de convergência de opiniões a nível internacional? Pode ser acelerado pela manifestação política, pela vocação política de alguns países importantes na área de países devedores. Se não se acelera, o crash pode ser imediato. Agora como é que o país se aproxima desse tipo de pressão? O que o Presidente Figueiredo fez, quando foi às Nações Unidas, foi uma forma de advertência, mas que não conteve os elementos de pressão fortes que, imaginou, deviam ser articulados. E nesse ponto que acho que o Itamaraty precisa começar a ter trazido ao cenário de uma maneira mais explícita. Imagino que um país se aproxime deste processo através da manifestação da vocação política para tomar medidas sérias. Primeiro acenando, com o perigo de não ser ouvido, e em seguida através de contatos diretos. Não sei o que foi tratado na visita do Reagan no Brasil, mas esta teria sido, se não foi o caso, uma boa ocasião para manifestar, certamente, a vocação de honrar compromissos, ao mesmo tempo, informar que estamos recebendo pressões insustentáveis no front doméstico que tornariam difícil de aguentar por muito tempo se os Estados Unidos não liderarem um movimento entre os países industrializados para chamar de novo Bretton Woods. Agora, se o País se aproxima sozinho, se um governo fraco ou enfraquecido se aproxima sozinho deste movimento de pressão, eu acho que ele precisa do sustento de sua sociedade civil.

Então, acho que há dois planos. O primeiro plano é o doméstico, onde é indispensável que negociações comece e se estableçam com a maior velocidade possível para que, quando o governo comece a falar nisto com seus interlocutores internacionais, eles não imaginem que estão em presença de alguém que se está insubordinando e que talvez poderá ser trocado através de um golpe de Estado. É preciso que os interlocutores internacionais percebam coesão por trás das pressões que, necessariamente, deverão ser exercidas para acelerar esse processo de convergência. E uma vez estabelecida no plano doméstico as alianças políticas necessárias, o segundo estágio é partir para esse segundo passo fundamental que é estabelecer pressões diretas e imediatas com fixações de prazo.

Joaillio Teixeira — Tenho alguns pontos alinhavados de modo bem superficial mas que indicam mais ou menos o que penso como estratégia. O que fazer? Primeiramente é direto ao povo, fortalecer a democracia; segundo, propor uma economia de guerra; terceiro, substituir os atuais dirigentes econômicos e programar a economia; quarto, estabilizar os bancos reduzindo a inflação através da redução dos custos financeiros que não sejam da produção; quinto, produzir bens de consumo que utilizem abundantemente mão-de-obra e com isso tentar crescer e gerar mais emprego; sexto, controlar preços; setimo, se necessário, a nível internacional, passar inclusivamente para o sistema de trocas diretas; oitavo, planejar uma economia de guerra; nono, preparar a sociedade psicologicamente para a tomada de medidas, algumas radicais, no campo econômico e social; décimo, continuar negociação a nível internacional mas a partir de uma maior concentração sobre os reais interesses do País. Para isso, seguramente, temos que repensar as lideranças. As atuais lideranças no campo econômico são completamente incompatíveis com as metas que estou sugerindo.

Evidentemente, vêm-nos logo à mente as pressões que o governo sofrerá na hipótese de buscar a negociação política ou das pressões de outra ordem, que sobrevirão no caso da moratória. Esta questão nos coloca a necessidade de preparação para o que eventualmente ocorrerá. Eu acredito que essa preparação deveria ter sido começada pelos governos anteriores, possivelmente melhor preparados, por força das circunstâncias, para essa mobilização da sociedade. O governo Geisel, por exemplo, teve todas as condições de fazê-lo. Recorremos à discussão clara e aberta do acordo militar com os Estados Unidos, momento de grande popularidade do governo. Foi a ocasião adequada para iniciar-se o processo de mobilização visando a uma reciclagem geral do País que, possivelmente, nos teria pouparado das dificuldades atuais.

Ao momento, parecem evidentes as dificuldades do governo para presidir uma mobilização interna. Também a oposição, que tem proposta a moratória, não tem condições sequer de participar dessa mobilização. De modo que estamos diante de uma situação em que o governo e a oposição, ambos fracos, carecem de

política da dívida externa? A função, obviamente, é permitir que se restarem as condições internas de desenvolvimento porque não adianta, renegociar a dívida externa e continuar em recessão. Então minha pergunta é: nós restaremos as condições internas de desenvolvimento mantendo-nos presos às restrições ditadas pelo FMI?

Juan Carlos Llerda — Minha resposta, em princípio, é a de que estando na iminência de ser assinada uma nova Carta de Intenções, dever-se-ia indagar se a liderança do País realmente acredita que com estas medidas se irá resolver o problema das contas externas brasileiras. Será viável ganhar tempo para aguardar eventual retomada do comércio internacional? Eu acho que eles não são ingênuos e realmente não acreditam que esta vai ser a solução. Provavelmente eles mesmos tenham claro que em algum momento isto vai mudar. Quando olho a decisão de aplicar um redutor de 20% no reajuste salarial e comparo essa medida com a iminência do País entrar em inadimplência, eu me pergunto porque esse esforço fenomenal agora. Tenho a impressão de que provavelmente as autoridades econômicas têm lançado mão desse artifício para já impor um custo pré-anúncio de moratória, de modo que a posterior as novas medidas que vão ser implementadas não se juntem à redução de salário que necessariamente terá que ocorrer se a moratória for declarada. Acho que, assim como no ano passado, o governo brasileiro se antecipou à ida ao Fundo tomando uma série de medidas, inclusive mudando a lei salarial, então agora acho que se está prosseguindo na mesma estratégia. A ideia é a de que se as autoridades optaram por não declarar uma moratória já, tinham que entrar nesse tipo de aceitação de condicionalidades do Fundo, não tinham opção, era uma ou era outra. Se, no decorrer deste ano, se chegar à declaração de moratória